



EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA CRIANÇA SURDA COM IMPLANTE COCLEAR: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

ANA CLAUDIA TENOR

O desenvolvimento de linguagem, a expectativa da família quanto à comunicação e a escolarização de crianças surdas são temas debatidos por profissionais e pesquisadores da área de surdez. Com o advento do implante coclear as discussões vêm avançando.

Os avanços da tecnologia em relação à percepção do som para pessoas surdas têm sido objeto de muita polêmica. Os implantes cocleares são dispositivos eletrônicos biomédicos de alta tecnologia, desenvolvidos para realizar a função das células ciliadas da cóclea que estão danificadas ou ausentes, e proporcionar a estimulação elétrica das fibras do nervo auditivo remanescentes. É importante ressaltar que tal procedimento, apesar de prover a sensação da audição à criança surda com a qualidade necessária para a percepção dos sons da fala, não deve ser visto como um processo de cura da surdez (COSTA; BEVILACQUA; AMANTINI, 2005; KELMAN, 2010; COSTA; KELMAN; GOÉS, 2015).

Cabe acrescentar que o implante coclear não funciona de maneira igualmente eficaz para todos. Com a ajuda desse dispositivo eletrônico, algumas crianças podem interpretar sons suficientemente para lidar com a comunicação na língua falada. Contudo para outras, ele não funciona tão bem por diversos fatores, tais como: a capacidade de memória auditiva, adequada estimulação no ambiente familiar, intervenção fonoaudiológica precoce, entre outros (BEVILACQUA; FORMIGONI, 2005; MORET et al. 2006; RESEGUI-COPPI, 2008; YAMANAKA et al. 2010; SVARTHOLM; MOURA, 2011).



Os estudos apontaram que a maioria dos surdos nasce em famílias ouvintes, que por desconhecerem a surdez e as suas consequências para o desenvolvimento da linguagem, tendem a se posicionar contra o ensino de Língua Brasileira de Sinais - Libras e a optar pelo ensino da língua oral (GOLDFELD, 2001; MOURA; LODI; HARRISON, 2005; NEGRELLI; MARCON, 2006).

Tenor e Deliberato (2016) conduziram entrevistas com pais de crianças surdas e observaram que em virtude da falta de informações e esclarecimentos a respeito das especificidades linguísticas dos filhos surdos, os pais demonstraram desconhecimento a respeito da Língua de Sinais e se posicionaram contra o ensino de Libras ao filho surdo. As autoras constataram ainda que os pais traziam a expectativa de que apenas com o uso da tecnologia assistiva, no caso o implante coclear, seria possível o desenvolvimento da fala do filho surdo, atribuindo então à comunicação oral o aspecto mais importante para o desenvolvimento; no entanto, pouco se envolviam com as questões escolares, o que poderia ajudar a criança na apropriação do conhecimento.

A literatura evidenciou que com o advento da tecnologia assistiva, como o implante coclear, as dúvidas e incertezas das famílias parecem ampliar. Um grupo de pesquisadores têm analisado os benefícios do implante coclear quanto ao desenvolvimento linguístico e acadêmico da criança surda implantada e advogam o ensino da Língua de Sinais, além da reabilitação auditiva e oral (QUADROS; CRUZ; PIZZIO, 2012; KELMAN, 2015; NASCIMENTO; LIMA, 2015).

Valadão et al. (2012) consideraram que independente da abordagem utilizada, esta deve oferecer ao indivíduo meios pelos quais ele possa desenvolver suas habilidades e capacidades. Sendo assim as autoras



destacaram a importância de se garantir o uso competente de uma língua que possibilite o estabelecimento de uma identidade e de uma comunicação efetiva com o outro, evitando privações no desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem e consequentemente déficits psicológicos, sociais, emocionais e educacionais.

Como se percebe o tema implante coclear, desenvolvimento de linguagem e a educação a ser ofertada a criança surda usuária desta tecnologia, precisa ser mais discutido entre os pais e profissionais que atuam com essa população.

O objetivo deste artigo é analisar o que as pesquisas apontam a respeito da educação bilíngue para criança surda que faz uso do implante coclear.

DESENVOLVIMENTO DE LINGUAGEM DA CRIANÇA SURDA E A EXPECTATIVA DA FAMÍLIA

O tema surdez, desenvolvimento de linguagem e a expectativa da família para o desenvolvimento linguístico da criança surda é um tema que tem sido discutido por estudiosos da área. Tenor e Deliberato (2015) apontaram que a família é o local onde ocorrem os primeiros contatos e trocas sociais de uma criança. Nesse contexto, a qualidade das relações familiares, bem como os vínculos comunicacionais e as interações que são estabelecidas, possibilitarão o desenvolvimento da criança.

Um dos problemas discutidos na literatura é a aquisição tardia de linguagem em crianças surdas filhas de pais ouvintes e o impacto da falta de uma língua para que ocorram as relações dialógicas e interacionais bem como



para os aspectos cognitivos, sociais e emocionais da criança.

Capovilla e Capovilla (2002) evidenciaram que a falta de uma língua tem graves consequências para o desenvolvimento social, emocional e intelectual do ser humano. Os autores acrescentaram que o valor fundamental da linguagem está na comunicação social, em que as pessoas fazem-se entender umas pelas outras, compartilham experiências emocionais e intelectuais, e planejam a condução de suas vidas e a de sua comunidade. A linguagem permite então à criança obter explicações sobre o funcionamento das coisas do mundo e sobre as razões do comportamento das pessoas.

Goldfeld (2001) destacou que a linguagem possui além da função comunicativa, a função de constituir o pensamento. A autora constatou que os problemas comunicativos e cognitivos da criança surda não têm origem na criança e sim no meio social em que ela está inserida que frequentemente não é adequado, ou seja, não utiliza a língua que esta criança tem condições de adquirir espontaneamente, a língua de sinais.

Nader e Novaes - Pinto (2011) constataram que a aquisição tardia de uma língua ainda é frequente no caso da surdez. Na opinião das autoras isso se deve a vários fatores, tais como, a insistência no aprendizado da fala durante anos e sem qualquer êxito, a demora em receber o diagnóstico, bem como a falta de acesso a uma instituição que oriente à terapia ou ao contato com outros surdos, o que possibilitaria o aprendizado da língua de sinais.

Quadros (2011) informou que qualquer criança adquire a linguagem quando dispõe de oportunidades naturais de aquisição. No caso de crianças surdas, filhas de pais surdos, a autora explicou que esse processo acontece naturalmente na língua de sinais. No entanto, a grande maioria das crianças surdas é filha de pais ouvintes que normalmente não conhecem a língua de sinais e muitas vezes nunca viram um surdo. Esse fator na opinião da



pesquisadora interfere diretamente no processo de aquisição da linguagem dessas crianças, uma vez que, até os pais tomarem conhecimento da língua de sinais e admitirem o seu uso, as crianças ficam sem input linguístico.

No que diz respeito às concepções de surdez, Skliar (1997) relatou que existem duas concepções: 1) a clínica- terapêutica; 2) a sócio-antropológica. O autor pontuou que a primeira considera a surdez como uma doença que necessita, portanto ser tratada e curada, já a segunda advoga que a surdez deve ser vista como uma diferença a ser respeitada. Nessa concepção o surdo é visto como pertencente a uma comunidade minoritária, que compartilha a mesma língua, a língua de sinais, além de valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios.

Frente as diferentes abordagens terapêuticas e educacionais existentes para a criança surda percebe-se que os pais adotam suas concepções de surdez e fazem a opção por determinado método de ensino, seja ele oral ou de sinais, conforme as informações e atitudes dos profissionais que atuam no diagnóstico.

As pesquisas na área da surdez evidenciaram uma tendência das famílias ouvintes optarem por uma abordagem oral, sem que haja uma preocupação no sentido de seus filhos surdos apresentarem intenção comunicativa e transmitirem suas mensagens com eficiência (CÁRNIO, 1998; GOLDFELD, 2001; MOTTI; PARDO, 2002; MOURA; LODI; HARRISON, 2005; SILVA, 2008).

As dúvidas e incertezas das famílias para opção de uma determinada abordagem terapêutica ou educacional parecem aumentar com os avanços da tecnologia assistiva, como o implante coclear. No entanto, o uso da tecnologia por si só não garante o desenvolvimento da linguagem oral da criança surda. Valadão et al. (2012) apontaram que o fato do indivíduo fazer



uso do implante coclear não assegura a todos o desenvolvimento das habilidades auditivas e de linguagem oral. As autoras consideraram ainda, que as crianças com implante coclear, que não desenvolveram a linguagem oral, não podem ser privadas da possibilidade de aquisição e do desenvolvimento da língua de sinais.

Percebe-se então que as crianças com implante coclear não devem ser consideradas como ouvintes. Elas precisam da língua de sinais para todas as situações da vida em que, apesar do implante coclear, a sua audição pode não bastar (SVARTHOLM; MOURA, 2011).

Dessa forma, aqueles que trabalham com crianças surdas devem reconhecer nas línguas de sinais uma oportunidade genuína de desenvolvimento de linguagem e, conseqüentemente, de desenvolvimento sócio-afetivo-cognitivo. Impedir que uma criança desenvolva uma língua é colocá-la num vazio que trará prejuízos importantes para toda sua vida (LACERDA; NASCIMENTO, 2017).

Sendo assim, é importante que os profissionais que atuam com criança surda usuária de implante coclear prestem atenção à situação dessa criança e oriente as famílias a respeito da necessidade da língua de sinais.

EDUCAÇÃO DE SURDOS: DILEMAS E DESAFIOS

A educação de surdos é um tema polêmico desde seus primórdios. As comunidades surdas do Brasil, aliadas a pesquisadores atentos às necessidades de aquisição e desenvolvimento de linguagem das pessoas surdas, passaram a debater a importância de se ofertar uma educação em uma perspectiva bilíngue para surdos. Percebe-se que as duas últimas décadas



foram importantes, para uma melhor compreensão das necessidades educacionais de alunos surdos e para o avanço de políticas públicas nessa direção. Como resultado de debates, pressões e reivindicações da comunidade surda e acadêmica emerge uma nova legislação federal - Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), o que é importante para nortear o atendimento escolar do aluno surdo com atenção a aspectos de abordagem bilíngue (LACERDA; ALVES; DRAGO, 2013).

Entre as determinações apontadas pelo Decreto nº 5.626/05, as instituições federais de ensino, responsáveis pela formação básica, devem garantir a inclusão de alunos surdos em escolas e/ou classes de educação bilíngue, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Deste modo, são denominadas escolas, ou classes, de educação bilíngue aquelas nas quais sejam línguas de instrução a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, em todo o processo educativo (WITOSKI, 2013).

Lodi (2013) discutiu os diferentes sentidos de educação bilíngue e de inclusão na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto nº 5.626/05. A autora destacou que enquanto a Política de Educação Especial defende a inclusão dos alunos surdos no sistema regular de ensino, as comunidades surdas e pesquisadores da área, considerando a diferença linguística desse grupo social e o disposto no Decreto nº 5.626/05, advogam que a educação de surdos constitui-se como um campo específico do conhecimento, distanciando-se da educação especial. Sendo assim, o Decreto compreende educação bilíngue para surdos como uma questão social que envolve a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa, em uma relação intrínseca com os aspectos culturais



determinantes e determinados por cada língua; a Política, por sua vez, reduz educação bilíngue à presença de duas línguas no interior da escola sem propiciar que cada uma assuma seu lugar de pertinência para os grupos que as utilizam, mantendo a hegemonia do português nos processos educacionais. Tal concepção na opinião da pesquisadora limita a transformação proposta para a educação de surdos apenas ao plano discursivo e restringe a inclusão à escola, impossibilitando uma ampliação desse conceito a todas as esferas sociais, conforme defendido pelo Decreto. Essa diferença entre os sentidos dos conceitos de educação bilíngue e de inclusão nos dois documentos tem alimentado velhas tensões e inviabilizado o diálogo entre as proposições da Política de Educação Especial e do Decreto nº 5.626/05.

É notório que as políticas educacionais voltadas às necessidades individuais dos surdos e dos profissionais que compõem seu universo escolar, estão em constante debate.

Silva et al. (2016) consideraram a necessidade de os indivíduos surdos adquirirem e usarem a língua de sinais durante o seu período escolar e que as escolas sejam bilíngues, ou seja, proporcionem aos surdos um desenvolvimento pleno de suas potencialidades, lhes permitindo agir socialmente de forma autônoma e digna. Para tanto, as autoras sugeriram a implantação de programas educacionais bilíngues em escolas regulares, a exemplo das atuais políticas de formação inicial e continuada de professores que objetivam o preparo dos professores e demais profissionais da educação – intérpretes e instrutores de Libras para atuar no Atendimento Educacional Bilíngue (AEB).

Santos e Campos (2013) observaram que na maioria dos municípios brasileiros a criação de escolas bilíngues para surdos não é viável, pela pouca demanda de alunos (que não justificam a criação de uma escola



para surdos), e que as escolas ditas inclusivas frequentemente não atendem às necessidades básicas do aluno surdo (como o respeito à sua condição linguística diferenciada).

Neste contexto, os alunos surdos são incluídos em sala de ensino regular junto aos ouvintes. A literatura apontou que a inserção de alunos surdos em salas regulares de ensino tem gerado conflitos e angústias aos profissionais envolvidos nesse processo (STREIECHEN et al., 2017).

Para suprir essas dificuldades, diante da impossibilidade de criação de escolas bilíngue, Lacerda e Lodi (2009) desenvolveram um Programa Inclusivo Bilíngue em um município do interior paulista, com o objetivo de atender às necessidades linguísticas desses alunos. O projeto contemplou duas escolas municipais, consideradas escolas polos - uma de Educação Infantil e outra de Ensino Fundamental (primeira etapa). Para o desenvolvimento da proposta foi necessária a contratação de uma equipe de profissionais composta por: intérpretes de Libras - Língua Portuguesa, educadores surdos, auxiliares de pesquisa e pedagoga especialista em educação de surdos.

Conforme mostraram os estudos, o bilinguismo para surdos, e seus desdobramentos político - pedagógicos, é um fato novo no cenário educacional para os profissionais da educação. O tema passa a ser incorporado na agenda das políticas públicas brasileiras apenas na última década, decorrente da pressão dos movimentos sociais, das contribuições de pesquisas nas áreas da linguística e educação e da incorporação desses novos conhecimentos e tendências às agendas governamentais (FERNANDES; MOREIRA, 2009).

Como se percebe houve avanços nas políticas públicas educacionais para os indivíduos surdos, no sentido do reconhecimento de seus



direitos linguísticos, mas ainda existem divergências entre os documentos oficiais, o que tem gerado distorções no entendimento dos diversos estados e municípios a respeito da educação bilíngue. Isso tem um impacto nos modelos educacionais que são ofertados a esses alunos, em sua proposta de implementação, de forma que seja possível assegurar a aquisição de uma língua, a permanência do surdo no ensino regular e seu processo de aprendizagem (TENOR, 2014).

LIBRAS E IMPLANTE COCLEAR SOB O PONTO DE VISTA DOS PESQUISADORES

Kelman (2015) apontou que inclusão de alunos surdos traz desafios, com resultados nem sempre satisfatórios, apesar do auxílio do intérprete e do atendimento educacional especializado. A autora acrescentou que alunos surdos com implante coclear tornam a situação ainda mais complexa, pois convivem com colegas surdos usuários de língua de sinais. Além disso, as professoras não têm uma orientação clara de como lidar com estudantes que apresentam diferentes características na sala de aula.

Percebe-se então que a inclusão requer uma reorganização da escola para atender à diversidade do alunado. Kelman (2015) destacou que a partir do reconhecimento da língua de sinais por intermédio da Lei 10.436/2002 e por sua regulamentação por meio do Decreto 5626/2005, os alunos surdos começam a ser incluídos em classes regulares, tendo a língua portuguesa como sua segunda língua. Um conjunto de leis passou a constituir um marco legal para a inclusão e acessibilidade nos últimos anos, tendo-se hoje, nas classes inclusivas para surdos, a presença do professor regente e do intérprete educacional, que interpreta a aula para o aluno surdo em língua de sinais, além de dar explicações extras para que os conteúdos sejam transformados em



significados.

A abordagem das escolas públicas brasileiras na atualidade tende a ser bilíngue, segundo as orientações das políticas públicas e documentos oficiais elaborados pelo Ministério da Educação. Nessa perspectiva, a proposta é que o aluno surdo tenha acesso primeiramente à língua de sinais, que servirá como acesso à segunda língua, de acordo com o trabalho pedagógico seguido.

Segundo Kelman (2015) o bilinguismo possibilita à criança surda formar seus primeiros conceitos e codificar o que lê na língua majoritária por intermédio da língua de sinais. A aquisição precoce de uma língua permite à criança surda evitar a defasagem em seu processo natural de desenvolvimento, assemelhando-se à criança ouvinte.

No que diz respeito aos estudos desenvolvidos com crianças surdas usuárias de implante coclear, a maioria tem como foco os processos de aquisição da língua oral, desconsiderando a língua de sinais. Os pesquisadores evidenciaram objeções ao ensino da língua de sinais, alegando-se que o ensino dessa língua não seria ideal para o desenvolvimento auditivo e linguístico de crianças com implante coclear. No entanto, as crianças usuárias desse dispositivo, e inseridas em um ambiente bilíngue podem se beneficiar, além de a inserção da língua de sinais não interferir de forma negativa no desenvolvimento auditivo e linguístico (GALE, 2011; HYDE; PUNCH, 2011; KELMAN et al. 2011; KELMAN, 2015).

Bellotti (2014) ressaltou que a falta de suporte linguístico, seja oral ou por sinais, acarreta dificuldades para a aquisição da escrita. Neste sentido, apenas o implante coclear e a exposição à linguagem oral não garantem a aquisição da escrita, pois a linguagem oral não depende apenas da audição, mas também das interações sociais estabelecidas com seus pares.

Como o acesso à língua falada é tão limitada à criança surda, só



a expressão oral sem acesso a uma linguagem totalmente compreensível restringe severamente as oportunidades da criança se desenvolver. Dessa forma os estudos consideraram a necessidade de expor a criança surda usuária de implante coclear à Língua de Sinais, além da reabilitação auditiva e oral (SVARTHOLM; MOURA, 2011; QUADROS; CRUZ; PIZZIO, 2012; KELMAN, 2015; NASCIMENTO; LIMA, 2015).

Conforme a literatura pesquisada foi possível perceber que a ideia de que o implante coclear e o ensino de Libras são incompatíveis vem perdendo força e a necessidade da língua de sinais é reconhecida também para as crianças que fazem uso dessa tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de crianças surdas traz desafios, com resultados nem sempre satisfatórios, do ponto de vista linguístico e acadêmico. Tratando-se de crianças surdas com implante coclear a situação torna-se ainda mais complexa, pois essa tecnologia não garante a todas as crianças o desenvolvimento da linguagem oral e os pais tendem a se posicionar contra o ensino de Libras ao filho surdo implantado.

Percebe-se que a falta de uma língua constituída acarreta dificuldades nas relações dialógicas, interacionais e na aquisição da escrita. Neste sentido, faz-se necessário discutir a situação de alunos surdos com implante coclear que não desenvolveram a linguagem oral. Nesses casos, o ensino de Libras poderia facilitar o acesso à comunicação e a aquisição da escrita.

A partir das pesquisas apresentadas é possível perceber que a



língua de sinais favorece o pleno desenvolvimento de linguagem e a educação bilíngue poderia beneficiar as crianças surdas usuárias de implante coclear. O ensino bilíngue desde a infância possibilitará o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, sociais e emocionais da criança e futuramente sua participação de forma mais ativa na sociedade.

Sendo assim, é importante que os profissionais da área da surdez ampliem seu olhar sobre o desenvolvimento de linguagem e assegurem o acesso à língua de sinais para a criança surda e sua família.

REFERÊNCIAS

BELLOTTI, A.C. Implante Coclear: um estudo da escrita na escola. Araraquara, 2014. 123 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014.

BEVILACQUA, M.C.; FORMIGONI, G.M.P. O desenvolvimento das habilidades auditivas. In: _____; MORET, A.L.M. (Org.). Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais da saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005, p. 179-201.

BRASIL. Lei nº 10.36, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis?2002?L10.436.htm>. Acesso em 04 jan.2018.



BRASIL. Decreto- Lei nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dez 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5625.htm>. Acesso em: 04 jan.2018.

CAPOVILLA, F.C.; CAPOVILLA, A.G.S. Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre língua de sinais e a escrita alfabética. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, Jul-Dez, 2002, v. 8, n. 2, p. 127-156.

CÁRNIO, M.S. O papel da família e da escola no processo de leitura e escrita do surdo. In: BAUMEL, R.C.R.C.; SEMEGHINI, I. (Org). Integrar/incluir: desafio da escola atual. São Paulo: FEUSP/CAPES, 1998, p. 117-128.

COSTA, O.A.; BEVILACQUA, M.C.; AMANTINI, R.C.B. Considerações sobre o implante coclear em crianças. In: BEVILACQUA, M.C.; MORTARI, A.L. (Org.). Deficiência auditiva: conversando com familiares e profissionais da saúde. São José dos Campos: Pulso, 2005, p. 123-138.

COSTA, J.P.; KELMAN, C.A.; GÓES, A.R. S. Inclusão de alunos com implante coclear: a visão de professores. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 28, n. 52, p. 325-338, 2015.



FERNADES, S.; MOREIRA, L.C. Desdobramentos político- pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 225- 236, maio/ago. 2009.

GOLDFELD, M. Análise crítica das filosofias educacionais para surdos. In: GOLDFELD, M. (Org.). A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio- interacionista. São Paulo: Plexus Editora, 2001, p. 85-112.

KELMAN, A.C. Dilemas sobre o implante coclear: implicações linguísticas e pedagógicas. INES, Rio de Janeiro, n. 33, p. 33-49, 2010.

KELMAN, C.A. Alunos com implante coclear: desenvolvimento e aprendizagem. Ensino Em Re- Vista, v. 22, n. 1, p. 13- 24, 2015.

LACERDA, C.B.F.; LODI, A.C.B. A inclusão escolar bilíngue de alunos surdos: princípios, breve histórico e perspectiva. In: LODI, A.C.B.; LACERDA, C.B.F. (Org). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: mediação, 2009, p. 11-32.

LACERDA, C.B.F.; ALBRES, N.A.; DRAGO, S.L.S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. EducaçãoPesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan/mar. 2013.

LACERDA, C.B.F.; NASCIMENTO, L.C.B. Aquisição de linguagem: refletindo sobre a criança surda e a língua de sinais. In: LAMÔNICA, D.A.C.; BRITTO,



D.B.O. (Org.). Tratado de Linguagem: perspectivas contemporâneas. 1 ed. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2016, p. 62-71.

LODI, A.C.B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. Educação Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

MORET, A.L.M. et al. Orientação e aconselhamento familiar na terapia fonoaudiológica de crianças com necessidades especiais. In: GENARO, K.F.; LAMÔNICA, D.A.C.; BEVILACQUA, M.C. (Org). O processo de comunicação: contribuição para a formação de professores na inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais. São José dos Campos: Pulso, 2006, p. 277- 287.

MOTTI, T.F.G.; PARDO, M.B.L. Diagnóstico da deficiência auditiva: compreensão dos pais e seguimento às orientações. Acta AWHO, v. 21, n. 2, p. 1-15, 2002.

MOURA, M.C.; LODI, A.C.; HARRISON, K.M.P. História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O.C. (Org). Tratado de Fonoaudiologia. 2. ed. São Paulo: Tecmed, v. 1, 2005, p. 341- 364.

NASCIMENTO, L.C.R.; LIMA, C.C.S. Libras e implante coclear: contradição ou complementariedade? Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 142-172, 2015.



NEGRELLI, M.E.D.; MARCON, S.S. Família e criança surda. *Ciência, Cuidado e Saúde*. Maringá, v. 5, n. 1, p. 98-107, 2006.

NEVES, B.C. Educação inclusiva e educação bilíngue: o que dizem os alunos surdos sobre o ensino de língua portuguesa nesses diferentes contextos? *Revista Educação Cultura Sociedade*. Sinop/MT/Brasil, v. 6, n. 2, p. 358-369, Jul./dez. 2016.

QUADROS, R.M.; CRUZ, C.R.; PIZZIO, A.L. Memória fonológica em crianças bilíngues bimodais e crianças com implante coclear. *ReVEL*, v. 10, n. 19, p. 185-212, 2012.

RESSEGUI- COPPI, M. Desenvolvendo as habilidades auditivas em crianças usuárias de implante coclear: estratégias terapêuticas. 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, Bauru, 2008.

SANTOS, L.F.; CAMPOS, M.L.I.L. Educação especial e a educação bilíngue para surdos: as contradições. In: ALBRES, N.A.; NEVES, S.L.G. (Org). *Libras em estudo: política educacional*. São Paulo: FENEIS, 2013, p. 13-35.

SILVA, F.R.V. et al. Formação continuada de professores para o atendimento educacional bilíngue de alunos surdos. *Revista Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 255-263, junho, 2016.

SILVA, I.R. Quando ele fica bravo, o português sai direitinho; fora isso a gente não entende nada: o contexto multilíngue da surdez e o (re) conhecimento das



línguas no seu entorno. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v. 47, n. 2, p. 393- 407, 2008.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio- histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org). *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: mediação, 1997.

STREIECHEN, E.M. et al. *Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma educação inclusiva*. Maringá, v. 39, n. 1, p. 91-101, Jan.-Mar., 2017.

SVARTHOLM, K.; MOURA, S. O bilinguismo sob o ponto de vista de Kristina Svartholm- Suécia. In: MOURA, M.C.; CAMPOS, S.R.L.; VERGAMINI, S.A.A. (Org.). *Educação para surdos: práticas e perspectivas II*. São Paulo: Santos, 2011, p.147-155.

TENOR, A.C. *Mediação do fonoaudiólogo no processo de capacitação do professor do aluno surdo*. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

TENOR, A.C.; DELIBERATO, D. Expectativas de comunicação dos pais de crianças surdas. In: CAPELLINI, V.L.M.; FERES, G.G. (Org). *Ensino e aprendizagem na Educação Básica: desafios curriculares*. Bauru: UNESP/FC, v. 2, 2015 p. 1528-1536.



TENOR, A.C.; DELIBERATO, D. Comunicação da criança surda na perspectiva da família e professores. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 3, n. 2, p. 79-94, Jul.- Dez., 2016.

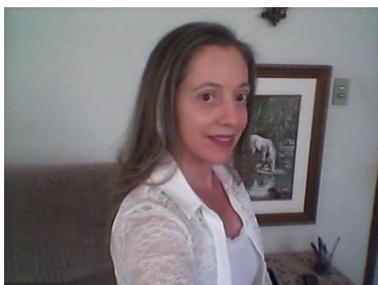
VALADAO, M.N. et al. Língua brasileira de sinais e implante coclear: relato de um caso. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 89- 100, jan./abr. 2012.

WITOSKI, S.A. A problematização das políticas públicas educacionais na área da educação bilíngue de surdos. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 2, p. 86- 100, maio./ago. 2013.

YAMANAKA, D.A.R. et al. Implante coclear em crianças: a visão dos pais. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 3, p. 465-473, 2010.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORA

ANA CLAUDIA TENOR



Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Marília. Mestre em Fonoaudiologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Libras e Educação para Surdos pela UNOPAR. Graduada em Fonoaudiologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Marília. Fonoaudióloga do Núcleo de Atendimento Pedagógico Especializado “Alcyr de Oliveira” da Secretaria Municipal de Educação de Botucatu-SP. E-mail: anatenor@yahoo.com.br